Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 44
Disponibilização: 10/03/2020
Publicação: 09/03/2020



Casa Civil - CASA CIVIL

DECRETO N° 24.848, DE 6 DE MARÇO DE 2020.

Altera e acrescenta dispositivos do regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS/RO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 65 da Constituição do Estado,

D E C R E T A:

Art. 1°  Passam a vigorar, os dispositivos adiante enumerados do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS/RO, aprovado pelo Decreto n° 22.721, de 5 de abril de 2018, com a seguintealteração:

I - o **caput** do art. 5º do Anexo XI:

“Art. 5º. O produtor rural deverá solicitar a sua inscrição no CAD/ICMS-RO, mediante montagem de processo munido dos documentos listados no art. 7°, a ser protocolizado na Agência de Rendas ou em qualquer unidade de atendimento da Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN, bem como nos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta que estejam credenciados de acordo com o art. 6°.

..................................................................................................................”(NR);

II - o art. 6º do Anexo XI:

“Art. 6º. Os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta municipais, estaduais ou federais, poderão credenciar-se junto à Coordenadoria da Receita Estadual para gerarem as inscrições no CAD/ICMS-RO, solicitadas por produtores rurais.

§ 1º. Para o credenciamento de que trata este artigo, o titular do órgão ou da entidade terá que o solicitar por ofício, no qual deverá ser informado o nome, o cargo e a matrícula dos servidores encarregados das atribuições previstas no **caput**, conforme previsto em ato do Coordenador Geral da Receita Estadual.

§ 2º. Caso o credenciamento seja deferido pela CRE, será fornecido para cada um dos servidores escolhidos o acesso, por meio de usuário e senha pessoal, ao sistema SITAFE Web, onde as inscrições serão geradas.”  (NR);

III - o § 2º do art. 8º do Anexo XI:

“Art. 8º..........................................................................................................................

§ 2º. Os órgãos e entidades da administração direta e indireta mencionados no art. 6°, que gerarem inscrições no CAD/ICMS-RO, para produtores rurais, deverão enviar mensalmente à citada Agência de Rendas, os processos relativos a estas inscrições, para conferência e arquivamento.”(NR);

IV - o § 3º do art. 9º do Anexo XI:

“Art. 9 º...................................................................................................

§ 3º. Os órgãos e entidades da administração diretae indireta mencionados no art. 6º, quando as realizarem, deverão enviar mensalmente, à citada Agência de Rendas, os processos relativos a estas alterações, para conferência e arquivamento.”(NR);

V - o § 2º do art. 10 do Anexo XI:

“Art. 10....................................................................................................

.................................................................................................................

§ 2º. Os órgãos e entidades da administração diretae indireta mencionados no art. 6º, que venham a receber as notas fiscais mencionadas no § 1º, deverão enviá-las mensalmente à Agência de Rendas de circunscrição do imóvel, para conferência e arquivamento.

......................................................................................................”(NR);

VI - o **caput** e os §§ 1º e 3º do art. 15 do Anexo XI:

“Art. 15. O produtor rural poderá solicitar a reativação da sua inscrição no CAD/ICMS-RO, nos casos de baixa, suspensão e cancelamento, previstos nos artigos 10, 11, 12 e 14, mediante montagem de processo a ser protocolizado nos locais mencionados no **caput** do art. 5º, munido de documentação pertinente.

.................................................................................................................

§ 1º. O servidor que realizar o atendimento deverá, posteriormente à análise dos documentos apresentados, providenciar a reativação da inscrição.

.................................................................................................................

§ 3º. Os órgãos e entidades da administração direta e indireta mencionados no art. 6º, após  realizarem a reativação da inscrição, deverão enviar mensalmente à Agência de Rendas citada no § 2º,os processos relativos a estas reativações, para conferência e arquivamento.”  (NR).

VII - o inciso III do art. 241:

“Art. 241..................................................................................................

.................................................................................................................

III - em se tratando dos incisos IV e V do art. 234, a partir da data o pagamento indevido.

...................................................................................................”(NR);

Art. 2°  Fica acrescida a alínea “e” ao inciso I do § 2° do art. 57 do Decreto n° 22.721, de 2018, com a seguintealteração:

“Art. 57...................................................................................................

................................................................................................................

................................................................................................................

§ 2º..........................................................................................................

I - ............................................................................................................

e) seu titular ou sócio não faça parte de outra empresaque esteja em desacordo com o disposto nas alíneas “a” e “b” deste inciso.”

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 6 de março de 2020, 132° da República.

**MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS**

Governador

**LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA**

Secretário de Estado de Finanças

|  |  |
| --- | --- |
|  | Documento assinado eletronicamente por **Luis Fernando Pereira da Silva**, **Secretário(a)**, em 09/03/2020, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](http://www.diof.ro.gov.br/data/uploads/2017/04/Doe-05_04_2017.pdf) |

|  |  |
| --- | --- |
|  | Documento assinado eletronicamente por **Marcos José Rocha dos Santos**, **Governador**, em 09/03/2020, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](http://www.diof.ro.gov.br/data/uploads/2017/04/Doe-05_04_2017.pdf) |

|  |  |
| --- | --- |
|  | A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](http://sei.sistemas.ro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **10386546** e o código CRC **FCBF1BF4**. |

|  |  |
| --- | --- |
| **Referência:** Caso responda esta Decreto, indicar expressamente o Processo nº 0030.028426/2020-22 | SEI nº 10386546 |